



DEFENSORIA PÚBLICA
AMAPÁ

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO SETORIAL

MONITORAMENTO TRIMESTRAL DOS PROGRAMAS E AÇÕES DA DEFENSORIA PÚBLICA

U.O.: 050101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

PPA 2020-2023

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS DE MONITORAMENTO DO 2º TRIMESTRE/2020
(abril, maio, junho)

PROGRAMA: 0074 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA

OBJETIVO:	Adquirir softwares para logística de transporte e abastecimento para otimizar gastos; Estruturar o sistema de tecnologia da informação com equipamentos modernos; Aperfeiçoar a gestão de recursos humanos; Reestruturar a organização administrativa da Defensoria Pública; Captar Recursos.
PÚBLICO ALVO:	Membros, servidores, assistidos, estagiários, fornecedores
JUSTIFICATIVA:	A Defensoria Pública é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados, na forma do inciso LXXIV, Art. 5º, da Carta Magna. É, portanto, um órgão autônomo, que está em processo de transformação de amadurecimento institucional, no qual demanda, cada vez mais, a profissionalização de seus recursos humanos e a otimização dos recursos materiais disponíveis, de forma a garantir o funcionamento e a operacionalização dos serviços prestados aos cidadãos hipossuficientes e vulneráveis, contribuindo para o cumprimento de sua missão constitucional e essencial à função jurisdicional do Estado.
EIXO ESTRATÉGICO:	Eixo 5 - Outros Poderes, mais MPE, TCE e DPE

Análise do Status do Programa

PPA 2020 (R\$)	Dotação Inicial OGE 2020 (R\$)	Dotação Atualizada OGE 2020 (R\$)	Realizado 2020 (R\$)	Execução %	Status do programa
22.414.901,00	23.361.503,00	27.830.302,00	5.619.220,19	20,19	Em andamento

Análise do Programa: Os valores orçamentários relativos ao Programa 0074 - Gestão e Manutenção da Defensoria Pública, foram distribuídos nas seguintes ações: 2019 - Equipar as unidades da Defensoria Pública; 2020 - Remuneração, Pagamento de Benefícios e Encargos Sociais dos Servidores da DPE-AP; 2021 - Manutenção da Gestão Administrativa da Defensoria Pública e 2022- Oportunizar Estágios para Estudantes e Residência para bacharéis. No segundo trimestre, foi executado 20,19%, equivalente a R\$ 5.619.220,19 (Cinco milhões, seiscentos e dezenove mil, duzentos e vinte reais e dezenove centavos) relativos à Dotação Orçamentária Inicial - no valor de R\$ 23.361.503,00 (vinte e três milhões, trezentos e sessenta e um mil, quinhentos e três reais). No mês de junho houve suplementações para readequar o QDD da Instituição em virtude das aprovações das propostas de Convênios nº 006338/2020 e 001262/2020 junto ao Ministério da Justiça, com suplementações publicadas no DOE nº 7.194 de 19/06/2020, Decreto nº 1931 de 19/06/2020 e outra suplementação publicada no DOE nº 7.194 de 19/06/2020 e Decreto nº 1929 de 19/06/2020, com isso a dotação atualizada deste programa passou para R\$ 27.830.302,00 (vinte e sete milhões, oitocentos e trinta mil e trezentos e dois reais).

As ações deste programa são de caráter continuado. Estimaram-se, também, aquisições de novos equipamentos (por meio de processos de compra/investimentos - meta física) para atender a Gestão e a Manutenção da DPE e seus Núcleos de atendimentos.

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações

Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2019 - Equipar as Unidades da Defensoria Pública do Estado	2.604.000,00	-	-	Unidades Aparentadas	11	12	109,09

Análise da Ação: Esta ação tem como objetivo equipar a Defensoria Pública (Sede e núcleos regionais) com a aquisição de veículos, móveis, equipamentos e instalações modernas, padronizadas e acessíveis, propiciando o aumento da qualidade do serviço prestado ao cidadão hipossuficiente e vulnerável, ao mesmo tempo em que se cria um ambiente organizacional mais agradável e motivador aos membros e servidores da Defensoria Pública, reforçando a sua finalidade pública. No segundo trimestre não foram formalizados processos licitatórios para novas aquisições de equipamentos de informática e outros materiais permanentes, considerando a não conclusão dos processos licitatórios pela CPL/DPE, conforme o previsto. Entretanto, estima-se que os mesmos sejam concluídos no terceiro trimestre.

Neste trimestre houve um aumento de 544,45% em relação à dotação orçamentária inicial do primeiro trimestre, passando assim para R\$ 2.604.000,00 (dois milhões, seiscentos e quatro mil reais). Este aumento se deu em virtude da suplementação das aprovações das propostas de Convênios nº 006338/2020 e 001262/2020 junto ao Ministério da Justiça, com suplementações publicadas no DOE nº 7.194 de 19/06/2020, Decreto nº 1931 de 19/06/2020.

Os processos que estavam em andamentos para aquisições de equipamentos e materiais permanentes até o fechamento do trimestre ainda não tinham sido concluídos pela CPL/DPE-AP. Com a futura conclusão dos processos, tais equipamentos irão atender as necessidades logísticas e tecnológicas da DPE, Núcleos de atendimentos especializados e Núcleos Regionais, localizados em outros municípios do estado, totalizando 12 unidades a serem atendidas. Em relação à meta física programada, a execução ultrapassou 9,09% do previsto, em decorrência do quantitativo de unidades físicas mantidas pela DPE/AP (Núcleos Regionais e Núcleos Especializados).

Nota Explicativa: Ressaltamos que a meta física programada nesta ação e conforme consta no PPA 2020-2023 necessita de correção, em decorrência de lançamento equivocado junto ao Sistema Sifape, onde se lê: Meta Física Programada: 11 unidades mantidas; Leia-se: Meta Física Programada/Ano: 12 unidades equipadas, considerando que os itens adquiridos deverão atender as unidades da DPE no Estado. Esta correção será feita quando o cronograma de ajustes do PPA esteja disponível.

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações

Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2020 - Remuneração, Pagamento de Benefícios e Encargos Sociais dos Servidores da DPE-AP	22.688.140,00	5.523.903,82	24,35	Servidor Remunerado	260	224	86,15

Análise da Ação: Esta ação tem como objetivo garantir o pagamento da remuneração mensal dos defensores públicos de carreira, comissionados e demais servidores ativos, incluindo-se os respectivos encargos sociais, auxílios e outros benefícios de caráter indenizatório.

O valor atualizado desta ação é de R\$ 22.688.140,00 (vinte e dois milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, cento e quarenta reais). No segundo trimestre foi executado o valor de R\$ 5.523.903,82 (cinco milhões, quinhentos e vinte e três mil, novecentos e três reais e oitenta e três centavos), equivalente ao percentual de 24,35% do atualizado, com um acréscimo de 3,37% em relação ao primeiro trimestre. No que tange a meta física programada, foram pagos nos meses de Abril, Maio e Junho, respectivamente 223, 222 e 226, representando uma média de 224 servidores e membros remunerados da instituição, portanto, 86,15% de execução, mantendo-se a mesma média do trimestre anterior.

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações

Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2021 - Manutenção da Gestão Administrativa da Defensoria Pública	2.451.762,00	95.316,37	3,89	Unidade Mantida	11	12	109,09

Análise da Ação: Esta ação tem como objetivo assegurar a manutenção da gestão administrativa da Defensoria Pública do Estado do Amapá, por meio da manutenção dos contratos com fornecedores, aquisição de materiais de consumo, pagamento de diárias a membros e servidores, concessão de suprimento de fundos, e ampliação e reforma das unidades físicas. Com Dotação Orçamentária atualizada, no valor de R\$ 2.451.762,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, setecentos e sessenta e dois reais), destaca-se que no segundo trimestre houve execução de R\$ 95.316,37 (noventa e cinco mil trezentos e dezesseis reais e trinta e sete centavos), representando um percentual de execução de 3,89%, e comparado ao primeiro trimestre houve um acréscimo de 2,18%.

O valor executado segue assim distribuído: 4,34% em despesas com Passagens e Locomoção; 83,14% com Locação de Mão de Obra e 12,52 % em Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica. (Locação de Impressoras, Correspondente Bancário e SERPRO). Em relação à meta física programada, a execução ultrapassou 9,09% do previsto, em decorrência do quantitativo de unidades físicas mantidas pela DPE/AP (Núcleos Regionais e Núcleos Especializados). Neste período não houve concessão de suprimentos de fundos e nem ampliação e reforma das unidades físicas.

Nota Explicativa: Ressalta-se que a meta física programada nesta ação, constante no PPA 2020-2023, necessita de correção junto sistema SiafeAP, visto que o indicador usado para medir o desempenho desta ação será o quantitativo de unidades mantidas, portanto, onde se lê: Meta Física Programada: 11 unidades mantidas; Leia-se: Meta Física Programada/Ano: 12 unidades mantidas, considerando que os produtos e serviços contratados deverão atender as unidades da DPE no Estado. Esta correção será feita quão logo o cronograma de ajustes do PPA esteja disponível

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações

Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dotação Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	Execução %		Programado	Executado	Execução %
2022 - Oportunizar Estágios para Estudantes e Residência para Bacharéis	86.400,00	-	-	Pessoas	10	0	0,00

Análise da Ação: Esta ação tem como objetivo oferecer o desenvolvimento de estágio supervisionado no ambiente de trabalho da Defensoria Pública a educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, visando à preparação para o trabalho produtivo, por meio da prática em atividades específicas, compatíveis com a sua formação e experiência. A composição orçamentária atualizada desta ação é de R\$ 86.400,00 (oitenta e seis mil e quatrocentos reais), porém os decretos relativos às medidas municipais e estaduais de proteção em decorrência da pandemia (desde março) interferiram na programação de voltas às aulas e a não realização de atividades não essenciais, por este motivo não houve contratação de estagiários para prestarem serviços na Defensoria Pública durante os meses relativos ao segundo trimestre.

Nota Explicativa: A meta física para esta ação, conforme consta no PPA 2020-2023 é de 120/ano, mas devido a um equívoco de lançamento junto ao sistema SiafeAP, consta como lançado 10/ano, e o quantitativo seria de 30 (por trimestre). Esta correção será feita quão logo o cronograma de ajustes do PPA esteja disponível.

PROGRAMA: 0075 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA AOS HIPOSSUFICIENTES E VULNERÁVEIS

OBJETIVO:	Promover a cidadania emancipatória, difundir os direitos fundamentais e fortalecer a imagem institucional, por meio da prestação de orientação jurídica, da promoção dos direitos humanos e da defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.
PÚBLICO ALVO:	Cidadãos hipossuficientes e grupos vulneráveis
JUSTIFICATIVA:	A Defensoria Pública tem como compromisso garantir atendimentos individuais e coletivos de forma integral e gratuita aos hipossuficientes e grupos vulneráveis, haja vista o elevado índice de desempregados no Estado do Amapá, com isso, é visível a escassez financeira para que este cidadão possa bancar os custos da contratação de um profissional particular para patrocinar os litígios decorrentes da falta de efetividade dos direitos individuais e coletivos. Vislumbra-se a necessidade desses hipossuficientes e vulneráveis serem defendidos pelos defensores públicos do Estado, de forma, a realizar ações de promoção maciça dos direitos humanos e da cidadania.
EIXO ESTRATÉGICO:	Eixo 5 - Outros Poderes, mais MPE, TCE e DPE

Análise do Status do Programa

PPA 2020 (R\$)	Dotação Inicial OGE 2020 (R\$)	Dotação Atualizada OGE 2020 (R\$)	Realizado 2020 (R\$)	% Execução *	Status do programa
22.414.901,00	80.000,00	80.000,00	-	0,00	Em andamento

Análise do Programa: O programa Assistência Jurídica Integral e Gratuita aos Hipossuficientes e vulneráveis, foi distribuído no exercício de 2020 na ação Defesa e Promoção dos Direitos dos Hipossuficientes e Vulneráveis. No segundo trimestre a dotação atualizada segue no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), programado para as naturezas de despesas, 339014 (diárias civil), 339039 (Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica) e 339040 (serviços de tecnologia da informação e comunicação de pessoa jurídica). Neste trimestre houve a contratação de empresa especializada em serviços de fornecimento de software de atendimento para os usuários da Defensoria Pública. Não houve execução orçamentária. O programa está em andamento e será executado durante todo o exercício.

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações

Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dot. Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	% Execução		Programado	Executado	Execução %
2023 - Defesa e Promoção dos Direitos dos Hipossuficientes e Vulneráveis	80.000,00	-	-	Pessoas	50.745	24.446	48,17

Análise da Ação: Esta ação tem como objetivo promover a cidadania emancipatória, difundir os direitos fundamentais e fortalecer a imagem institucional, por meio da prestação de orientação jurídica, da promoção dos direitos humanos e da defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do Art. 5º da Constituição Federal.

Seguindo os dados contidos no relatório de avaliação financeira por eixo, ressalta-se que no segundo trimestre não houve execução orçamentária nesta ação, porém, houve contratação de empresa especializada em serviços de fornecimento de software de atendimento para os usuários da Defensoria Pública. O número de cidadãos atendidos foi de 24.446 e a meta física representou um percentual de 48,17%, não atingindo a execução prevista em 100%.

Mantiveram-se os decretos relativos à prevenção e enfrentamento à epidemia causada pelo (ovo Coronavírus, e a DPE através do Ato Administrativo nº 01 que dispõe sobre o funcionamento das unidades da Defensoria Pública do Estado do Amapá, permaneceu com o regime de tele trabalho, com medida de prevenção e demais atos administrativos posteriores, que suspenderam o atendimento presencial. Com isso, houve uma queda do número de atendimentos realizados pela Instituição. Apesar deste decréscimo nos atendimentos, a DPE continuou seguindo sua missão de garantir os direitos a população aos hipossuficiente e grupos vulneráveis. Destacamos a seguir ações realizadas pelos Núcleos de atendimento da capital e dos municípios, realizados no segundo trimestre.

O NUDECIV: O Núcleo Especializado Cível, através dos Defensores Públicos, emitiu várias recomendações jurídicas e notas públicas relativas às necessidades do assistido, usuário dos serviços oferecidos pelos órgãos públicos e também participou de atividades relacionadas ao combate ao COVID-19 (juntamente com outros órgãos e entidades), entre as recomendações podemos citar: circulação de veículos uso de medicamentos e EPI, merenda escolar e auxílios, transparência nos leitos, leitos de isolamento entre outras. Participou de inúmeras reuniões para discutir temáticas com o Comitê Estadual de Saúde, GTE políticas urbanas, comissão da saúde – ANADEP, CONDEGE- Direitos Humanos, Reuniões com autoridades do estado e município, bate-papo com especialistas (Estado de coisas da Saúde: Além da Pandemia); Audiência Pública DPU, MPE e DPE – Mucajá (live no facebook) no dia 02/05/2020; Audiência Pública Laranjal do Jarí, dia 13.06.2020; Audiência Pública DPU, MPE, DPE e MPT – Congós (Live Facebook); Entrevista cedida a GLOBONEWS – Jornal das 18h, ao vivo, no dia 06.05.2020. Neste período o NUDECIV não realizou audiências judiciais, conforme resolução do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

O NUDEFAM – O Núcleo Especializado de Família, através dos Defensores Públicos, expediu recomendação a Secretaria Estadual de Saúde como meio de solução de conflitos; participou de reuniões com representantes das Maternidades de Macapá para tratar sobre o acompanhante nos partos, durante a pandemia do COVID-19, Reunião com membros do Grupo de Trabalho de Mutirão da DPE/AP. Também registrou presença no Grupo Interinstitucional do COVID-19 (com MPE, MPF, MPT e DPU), sendo que as reuniões nos dias 04/04/2020 (com a Secretaria Estadual de Saúde) e 28/04/2020 (com os hospitais sobre relatórios de ocupação dos leitos), Reunião com o Juiz Coordenador das Varas de Família – Dr. Carlos no dia 08/05/2020; Reunião com o NUDEFAM e o Juiz da 4ª Vara de Família de Macapá-AP no dia 08/05/2020 às 15h via ZOOM para alinhar procedimentos de atuação durante a pandemia de coronavirus; Presença com fala no evento do CNJ com os Comitês Estaduais de Saúde no dia 25/05/2020 às 10:30h via CISCO; Reuniões com a Comissão de Moradia do CONDEGE no dia 05/06/2020 às 14h e no dia 18/06/2020 às 16h (esta última com participação do BR Cidades e do Observatório das Metrópoles). Concedeu entrevista para a Rede Record de Televisão e Participação no evento livre da “Frente pelo Direito à cidade - Macapá, entrevista no programa “Café com notícias” no dia 30/04/2020 a partir das 17h30minh com transmissão ao vivo pelo facebook e pela rádio. Além disso, o NUDEFAM participou de várias Audiências Públicas, entre elas: Audiência pública com a comunidade do Mucajá na comarca de Macapá-AP, dia 02/05/2020 com transmissão ao vivo pelo facebook da DPE-AP sobre COVID-19 com participação da DPU e do MP-AP; Audiência pública com a comunidade do Macapaba na comarca de Macapá-AP, dia 03/05/2020 com transmissão ao vivo pelo facebook da DPE-AP sobre COVID-19 com participação da DPU, do MP-AP e de profissional da saúde; Audiência pública com a comunidade do Açucena na comarca de Macapá-AP, dia 09/05/2020 com transmissão ao vivo pelo facebook da DPE-AP sobre COVID-19 com participação da DPU, do MP-AP e de profissional de saúde; Audiência pública com a comunidade do Congós na comarca de Macapá-AP, dia 23/05/2020 com transmissão ao vivo pelo facebook da DPE-AP sobre COVID-19 com participação da DPU, do MP-AP, do MPT e de profissional de saúde. Também houve inspeção ao Centro de Atendimento COVID I e II; dentre outras atividades

relativas à temática saúde pública.

O NUDECRIM – O Núcleo Especializado Criminal emitiu Recomendação nº 04/2020 Presidente do TJAP e Des. Coordenador de Combate a Violência contra a Mulher, participou de eventos com pertinência temática institucional como: Genocídio Negro e o Coronavírus no sistema prisional – Webinário da Plataforma de Direitos Humanos conhecidos como DHESCA BRASIL, Coronavírus e prisão: liberdade é uma questão de saúde pública – Webinário da Plataforma brasileira de Políticas sobre Drogas via facebook, Pandemia e toxicodependência: o direito à ciência e a fragilidade da liberdade – 15º Encontro do Grupo de Estudos IDP com a participação do Professor Maurício Dieter e do Médico Oncologista Dráuzio Varella, Punição, prova e verdade: perspectiva crítica e transdisciplinar – 1º Encontro do Giro Processual Penal com participação do Professor Luiz Gabriel B. Neves, atual presidente do IBADPP, realizado no dia 29.04.2020 (zoom meeting ID: 710-0710-8128); A implantação do juiz de garantias no Brasil – Debate Público sobre a ADI 6298/DF da Faculdade de Direito da UFBA com apoio do TJBA e Academia de Letras Jurídicas da Bahia realizado no dia 05.05.2020 (zoom meeting id: 695-470-9485); O valor probatório da palavra da vítima nos crimes de gênero e a presunção de inocência – Encontro do grupo de estudos Escolas de Criminalistas com a participação da Professora Janaína Matida no dia 01.06.2020 (zoom meeting id: 810-0980-2693); A violência e o acesso à justiça em tempos de pandemia da COVID-19 – Webinar da EMERJ no dia 03.06.2020 (zoom meeting id: 965-0369-2325), entre outros. Foram concedidas entrevistas em programas de rádio/televisão, tais como: entrevista sobre Recomendação nº 04/2020 no Balanço Geral, no dia 23/04/2020; vídeo de divulgação do atendimento da DPE/AP à mulher em situação de violência doméstica veiculado nas redes sociais de coletivas de mulheres; Aparição no Programa Balanço Geral da TV Record para divulgação do atendimento à mulher em situação de violência doméstica, em 17/04/2020; Participação na rádio da ALAP para falar sobre o atendimento da DPE/AP a mulher em situação de violência doméstica em 25/06/2020. Registra-se também a participação em reuniões, como: Grupo de Trabalhos de Direitos Humanos; Reunião com a equipe da Maternidade Mãe Luzia, cujo objetivo foi tratar sobre o acompanhamento das gestantes no parte durante a pandemia da COVID-19, no dia 06/04/2020; Reunião da Campanha da AMB e CNJ sobre Violência Doméstica; Reunião para organizar o fluxo de atendimento da mulher em situação de violência doméstica para o NUDEFEAM, em 04/06/2020; Reunião com REDE de atendimento à mulher. Participação em Audiências Públicas, tais como: Bate-papo com a Comunidade do Muçajá – Audiência pública digital com participação da DPE/AP, DPU, MP/AP e lideranças da comunidade realizada no dia 02.05.2020 (ouvinte via facebook); Bate-papo com a Comunidade do Macapaba – Audiência pública digital com participação da DPE/AP, DPU, MP/AP e lideranças da comunidade realizada no dia 03.05.2020 (ouvinte via facebook); Bate-papo com a Comunidade do Açucena – Audiência pública digital com participação da DPE/AP, DPU, MP/AP e lideranças da comunidade realizada no dia 09.05.2020 (ouvinte via facebook); Audiência Pública virtual da DPE-AP com a comunidade dos Congós, em 23/05/2020 (ouvinte) - Dra. Isabelle Mesquita; Bate-papo com a Comunidade Laranjal do Jarí – Audiência pública digital com participação da DPE/AP, DPU, MP/AP, Dra Marina Faioli e lideranças da comunidade realizada no dia 13.06.2020 (ouvinte via facebook), e demais atividades demandadas do Núcleo Especializado Criminal.

O NÚCLEO ESPECIALIZADO EXECUÇÃO PENAL – participou do Seminário organizado pelo International Bar Association's Human Rights Institute (IBAHRI), sala vermelha. Protocolo de Istambul e práticas de Tortura (30/04/2020), da Reunião da Comissão Étnico Racial da Associação Nacional de Defensores Públicos como representante indicado da ADEPAP, Reunião do Grupo de Trabalho Extraordinário de Direitos Humanos, Reuniões do Conselho Penitenciário como representante da Defensoria Pública; Reuniões com autoridades oficiais para tratar de problemas no IAPEN, Reunião entre o Núcleo de Execução Penal e o Juiz da Vara de Execuções Penais, Reunião com representantes do Programa Justiça Presente do Conselho Nacional de Justiça; Reunião da Comissão Étnica Racial (27/05/2020); Reunião com a Perita do Mecanismo Nacional de Combate à Tortura sobre a situação do IAPEN (03/06/2020); Reunião com Alexandre Kaiser Rauber, Defensor Público da União para elaboração conjunta de Reclamação Constitucional (2 reuniões) – 02/06/2020; 04/02/2020; Reunião com representantes do Programa Justiça Presente do Conselho Nacional de Justiça (01/06/2020); Reunião do Grupo de Trabalho Extraordinário dos Direitos Humanos (30/06/2020). Contribuiu com a elaboração do folder explicativo sobre auxílio emergencial para o Projeto Amapá Solidário; Participação na Organização de Ações relativas ao Projeto Amapá Solidário (campanhas e elaboração de cards com os parceiros). Podemos citar também outros eventos com pertinência temática institucional, entre eles: Live da Associação de Defensoras e Defensores Públicos nos dias 23 a 25/06/2020; Participação da Defensora Pública Juliana Rodrigues Riscado como Palestrante na Live "Antropopapo", organizada pelo Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração de Conflitos vinculada à Universidade Federal de Fluminense, no dia 24/06/2020; Participação da Defensora Pública Juliana Rodrigues Riscado como Palestrante na Live organizada pela ADEPAP, no dia 25/06/2020, intitulada "Necropolítica e Extermínio". Também houve entrevistas para programas de rádio/televisão, tais como: Roda de conversa entre o Crime e a Loucura organizada pela Defensoria Pública de Pernambuco (09/06/2020) e Entrevista da Defensora Pública Juliana Rodrigues Riscado, junto ao Jornal Observatório de Direitos Humanos, com lançamento no dia 05/07/2020.

O NAECA – O Núcleo Especializado da Criança e do Adolescente – realizou mediação e buscou outros meios de solução extrajudicial de conflitos como: Contatos com as Secretarias de Assistência Social e de Educação, em âmbito estadual e municipal, para tratar da recomendação feita pela DPE no que toca ao fornecimento de alimentação às crianças da rede pública de ensino que tiveram suas aulas suspensas em virtude da pandemia; O NAECA também contribuiu na organização da Audiência Pública que aconteceu virtualmente no dia 02/05/2020 e 02/06/2020, com o intuito de esclarecer as dúvidas da Comunidade de Mucajá; Contribuição na organização da Audiência Pública que aconteceu virtualmente no dia 03/05/2020 e 03/06/2020, com o intuito de esclarecer as dúvidas da Comunidade de Macapaba; Contribuição na organização da Audiência Pública que aconteceu virtualmente no dia 23/05/2020 e 23/06/2020, com o intuito de esclarecer as dúvidas da Comunidade do Congós; Foram expedidas recomendações no âmbito do Grupo Extraordinário COVID-19, a seguir listadas: Recomendação ao Prefeito e ao Secretário de Educação Municipal de Santana, expedida em 01/04/2020; Recomendação acerca de Pessoas Idosas, expedida em 07/04/2020; Recomendação conjunta (DPE, DPU, MPF, MPE, MPT) sobre pedido de reformulação dos decretos disciplinadores das atividades e eventos urbanos durante o período de pandemia do Novo Coronavírus, expedida em 09/04/2020; Recomendação conjunta (DPE, DPU, MPF, MPE) sobre transparência nos critérios de elegibilidade para acesso a leitos de UTI e respiradores para tratamento da COVID, expedida em 09/04/2020; Recomendação ao Diretor da Polícia Técnica do Estado do Amapá-AP, expedida em 09/04/2020; Recomendação ao Superintendente da Vigilância Sanitária Estadual, expedida em 23/04/2020. Participação em reuniões, tais como: Reunião Comissão Infância e Juventude – ANADEP; Reunião Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Reunião Comitê COVID/CEAS; Reuniões do Grupo de Trabalho Extraordinário criado para tratar de questões afetas à COVID-19; Reunião para tratar da situação do Hospital de Pronto Atendimento Infantil; Reunião da Comissão da Infância da ANADEP; Também houve registros de participação em programas de rádio/televisão com pertinência temática institucional, como: Vídeo para campanha "ADEPAP + Cidadania" sobre a violência contra as crianças e adolescentes, representando o NAECA, Dra. Isabela Moreira Campos.

O NÚCLEO REGIONAL DE AMAPÁ, além dos atendimentos diários, também participou em eventos com pertinência institucional.

O NÚCLEO REGIONAL DE LARANJAL DO JARÍ – participou de Reunião via zoom com representantes da comunidade de Iratapuru e de Audiências Públicas Digitais da DPE (presença de três defensores – Luma Pacheco Cunha do Nascimento Neves, Marcela Fardim e Júlia Lordelo), com a participação de líderes comunitários e outras instituições públicas: DPU e MP-AP, com realização de audiências públicas digital nas comunidades de Mucajá, Macapaba, Açucena e Congós; Realização de Recomendações para Vitória do Jarí, Mazagão, Porto Grande; Reunião com o Ministério Público para decidir sobre atuação conjunta em face da Pandemia da COVID-19 na Cidade de Laranjal do Jarí; Reunião com os assessores para ensinar sobre o MCHAT e verificar a melhor forma de realizar um serviço de qualidade em prol dos assistidos.

O NÚCLEO REGIONAL DE MAZAGÃO teve participação de Reunião com o Poder Judiciário, Ministério Público e Polícia Civil pra a retomada de audiências a partir de maio/2020, e de Reunião com Chefe de Secretaria de Mazagão sobre a retomada das atividades presenciais no Fórum, realização de audiências por videoconferência, peticionamento e, reunião com o Poder Judiciário e o Ministério Público para a retomada da pauta regular de audiências.

O NÚCLEO REGIONAL DE OIAPOQUE teve participação no Grupo de Trabalho Extraordinário do COVID-19 DA DPE/AP; no Curso de atualização Pacote Anticrime e os impactos Penais e Processuais Penais - Marcos Paulo (Curso Supremo TV); realizou Três publicações sobre a conscientização do chamado "abril laranja"; ação de Mês de combate aos maus tratos contra animais - no instagram da DPE-AP; participou do Vídeo divulgado pelas Defensoras do Núcleo sobre a conscientização do isolamento social e esclarecimentos sobre o lockdown e os cuidados devidos com a higiene pessoal e do ambiente, dentre outras atividades relativas ao combate a pandemia.

PROGRAMA: 0076 - GESTÃO DO FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ - FUNDEPAP	
OBJETIVO:	O FUNDEPAP tem como objetivo a qualificação profissional de membros e servidores da DPE-AP, com políticas públicas, através de investimento ao capital humano, com participações em eventos, seminários e programas de formação continuada, garantido qualidade aos serviços públicos.
PÚBLICO ALVO:	Membros e servidores da Defensoria Pública
JUSTIFICATIVA:	Necessidade de aplicação dos recursos arrecadados pelo Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Amapá-FUNDEPAP, previsto na Lei Complementar nº 0086/2014 e alterações, tem como finalidade captar recursos para que sejam executados na concepção, desenvolvimento, viabilização, execução de planos, programas e projetos de aprimoramento e reaparelhamento dos serviços afetos a DPE-AP; implementação de tecnologia de controle de tramitação dos feitos judiciais e administrativos, com uso de informática, microfilmagem, reprografia e outros procedimentos tecnológicos; com participação com entidades científicas, educacionais e culturais, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, na promoção de eventos que tenham por fim oferecimentos de oportunidades e atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de Recursos Humanos da Defensoria Pública do Estado; desenvolvimento de ações direcionadas ao aperfeiçoamento dos Defensores Públicos e servidores.
EIXO ESTRATÉGICO:	Eixo 5 - Outros Poderes, mais MPE, TCE e DPE

Análise do Status do Programa

PPA 2020 (R\$)	Dotação Inicial OGE 2020 (R\$)	Dotação Atualizada OGE 2020 (R\$)	Realizado 2020 (R\$)	% Execução	Status do programa
200.000,00	200.000,00	512.135,00	-	0,00	Em andamento

Análise do Programa: O programa Gestão do Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Amapá - FUNDEPAP, teve como dotação inicial o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), este valor foi inicialmente disponibilizado em duas naturezas de despesas, 339039 (Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica) e 449052 (Material Permanente). No mês de Janeiro/2020 foi sancionada a Lei nº 2.492 de 21 de janeiro de 2020, que alterou a Lei Estadual nº 2.386, de 21 de novembro de 2018, modificando a repartição da receita tributária e incluindo a Defensoria Pública do Estado do Amapá no rol de destinatários da Taxa Judiciária, Art. 1º A Lei nº 2.386, de 21 de novembro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações, IV - 8,17% (oito inteiros e dezessete décimos por cento) ao Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Amapá - FUNDEPAP. No segundo trimestre houve uma suplementação de R\$ 314.915,00 (trezentos e quatorze mil novecentos e quinze reais), publicada no D.O.E. Nº 7.149, de 22/04/2020, Decreto nº 1555 de 22/04/2020, esta suplementação foi em virtude da Lei acima supracitada, além da receita prevista referente aos direitos autorais do Livro "Coletânea A Defensoria Pública e os 30 anos da Constituição Federal". Ressata-se que neste trimestre não houve execução orçamentária deste programa.

Quadro de Avaliação Física e Financeira das Ações

Ação	Financeiro			Produto / Unidade de Medida	Meta Física		
	Dot. Atualizada (R\$)	Executado (R\$)	% Execução		Programado	Executado	Execução %
2024 - Gestão e Reaparelhamento da DPE-AP - FUNDEPAP	512.135,00	-	-	Unidade	1	0	0,00

Análise da Ação: Esta ação tem com finco o reaparelhamento da Sede e Núcleos Regionais da Defensoria Pública propiciando o aumento da qualidade do serviço prestado ao cidadão, ao mesmo tempo em que se cria um ambiente organizacional mais agradável e motivador para os membros e servidores da Defensoria Pública. Oferecimento de cursos de pós-graduação (especialização, MBA e mestrado), cursos de informática, cursos da área jurídica e treinamentos em geral aos membros e servidores da Defensoria Pública; realização de palestras; participação em encontros, seminários, simpósios, fóruns e outros eventos de interesse da Instituição; realização de visitas técnicas a outras instituições; aquisição de acervo bibliográfico e livros didáticos. Realizar o pagamento de despesas referentes à manutenção e ampliação de contratos com fornecedores, aquisição de materiais de consumo, pagamento de diárias a membros e servidores, passagens aéreas, concessão de suprimentos de fundos, ampliação e reforma das unidades físicas. Não houve execução da ação neste trimestre.

Nota Explicativa: Ressaltamos que a meta física programada nesta ação e que consta no PPA 2020-2023 necessita-se de correção, em decorrência de lançamento equivocado junto ao Sistema SIAFEAP, ao qual o indicador informado está relacionado ao quantitativo de unidades atendidas com o orçamento do FUNDEPAP, onde se lê: Meta Física Programada: 1; Leia-se: Meta Física Programada/Ano: 12 unidades mantidas. Esta correção será feita quão logo o cronograma de ajustes do PPA esteja disponível.